

Design e decolonialidade na pesquisa científica: ferramenta política de reflexão

Design and decoloniality in scientific research: political reflection tool

BANDEIRA, Suene Martins; Doutoranda; Universidade Federal de Pernambuco
suene.bandeira@ufpe.br

CAVALCANTI, Virgínia Pereira; Doutora; Universidade Federal de Pernambuco
virginia.caalcanti@ufpe.br

O design manifesta posturas ideológicas, medeia relações políticas, econômicas e culturais na sociedade, comunicando a realidade em devir. Este trabalho é um recorte de pesquisa de mestrado em Design vinculada ao PPG da UFPE, tem o propósito de relacionar design e movimento decolonial latino-americano na pesquisa científica como ferramenta política de reflexão. Diante do legado do Brasil colonizado, a decolonialidade dialoga com a necessidade de romper padrões universais que silenciam culturas originárias. Nesse sentido, é pertinente pensar o design como ato político decolonial para tecer reflexões transversais via pesquisa científica. A metodologia desta investigação é caracterizada pela pesquisa qualitativa do tipo bibliográfica com abordagem dialética. Por meio do diálogo com os autores Vieira Pinto (1979), Bonsiepe (1997; 2011), Hooks (2020) e Escobar (2003; 2014), reflexiona-se sobre a pesquisa científica como instrumento político. Os resultados apontam para reflexões críticas que possibilitam narrativas pluriversais no âmbito do design e das interações humanas.

Palavras-chave: Design; Decolonialidade; Pesquisa científica.

Design manifests ideological postures, mediates political, economic and cultural relations in society, communicating the reality in the future. This work is a part of a linked Master's research in Design linked to the PPG of UFPE, with the purpose of relating design and the Latin American decolonial movement in scientific research as a political tool for reflection. Faced with the legacy of colonized Brazil, decoloniality dialogues with the need to break universal patterns that silence original cultures. In this sense, it is pertinent to think of design as a decolonial political act to weave transversal reflections via scientific research. The methodology of this investigation is characterized by qualitative research of the bibliographic type with a dialectical approach. Through dialogue with the authors Vieira Pinto (1979), Bonsiepe (1997; 2011), Hooks (2020) and Escobar (2003; 2014), we reflect on scientific research as a political instrument. The results point to critical reflections that enable pluriversal narratives in the scope of design and human interactions.

Keywords: Design; Decoloniality; Scientific research.

1 Introdução

O design surgiu a partir da Revolução Industrial Europeia (século XVIII), estruturado diante dos interesses mercadológicos, tanto no âmbito teórico quanto prático, pois seu desenvolvimento se baseava na cultura de consumo vigente e inovação criativa de produtos. Assim, o design possui raízes nos pressupostos coloniais das sociedades, foi agente propulsor da produção industrial em massa e essa lógica moderna tem se perpetuado no desdobramento civilizatório. Essas características decorrem do caráter dialético do design, posto que reflete lentes das realidades que o penetram, materializadas em produtos, diálogos e reflexões (CARDOSO, 2012).

Diante desse cenário histórico, predominantemente eurocêntrico e excludente de narrativas, é cada vez mais necessário que o design acolha práticas baseadas em relações comunais e pluriversais que abrigam outros modos de viver, pensar e fazer design. A lógica do design contemporâneo se atenta às questões sociais, ambientais, leis e atuações governamentais. Esse design que busca problematizar o dia a dia e criar processos colaborativos na sociedade, caminha de mãos dadas com os preceitos da decolonialidade.

Destarte, o movimento decolonial surge nos anos 1990 na América Latina como resposta à lógica europeia da narrativa global única. Com o intuito de questionar a colonialidade do poder, do saber e do ser imbricada nas estruturas sociais visíveis nos silenciamentos e opressões a vozes de cosmovisões originárias como afrodescendentes e indígenas (ESCOBAR, 2014).

Essa pauta é emergente na realidade brasileira caracterizada pelo legado colonizador, racismo estrutural, assim como projetos de leis que visam demarcar terras indígenas protegidas pela Constituição Federal (1988), a fim de usar essas terras para garimpo e exploração. De modo que o cenário brasileiro tem se revelado negligente e excludente com relação às populações negras e indígenas, deslegitimando seu direito à terra, cultura e consequentemente a vida.

É fundamental e determinante valorizar a cultura local, os fazeres e os saberes nos mais diversos campos de atuação. Sendo assim, é importante potencializar a valorização da cultura originária brasileira representada pelos indígenas e afrodescendentes, marginalizados pela sociedade e cenário político atual, à exemplo do Projeto de Lei 490 de 2007 que foi aprovado em junho de 2021 pela Comissão de Constituição e Justiça e está em vias de análise pelo Congresso Nacional e Senado.

Esse projeto de lei muda os critérios de demarcações do território indígena, prevê que só serão consideradas terras indígenas aquelas que já estavam em posse desses povos na data da promulgação da Constituição Federal vigente, 5 de outubro de 1988. Então, passa a exigir uma comprovação de posse considerada abusiva e ainda permite a exploração de terras indígenas por garimpeiros, dentre outras disposições (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2022).

Manifestações tem surgido no sentido de oposição a tal projeto. Cabe destacar, o movimento “Ato pela terra”, ocorrido no dia 9 de março de 2022 em Brasília, idealizado pelo cantor e compositor Caetano Veloso e artistas de várias regiões do país. Neste protesto, posicionaram-se contra projetos de lei que tramitam no Congresso Nacional, como o já citado PL 490, além de outros assuntos relacionados ao uso da terra para exploração econômica (PL 510, PL 191, PL 6299 e PL 2159), que impactam não só os direitos fundamentais da população indígena, mas o meio ambiente e todos os seres vivos (NOBERTO; MEDEIROS, 2022).

A relação entre design e decolonialidade possibilita, portanto, reflexões sobre a pesquisa científica enquanto instrumento político de narrativas inclusivas e pluriversais. Por meio da pesquisa científica o ser humano realiza sua possibilidade existencial de transformar a

realidade e desenvolver conhecimento. O labor científico é caracterizado pela elaboração de teorias e métodos ao mesmo tempo que é constituído pela criatividade do pesquisador, adaptabilidade e trabalho colaborativo em constante devir (MINAYO, 2015).

De acordo com Morin (2010) é necessário que a ciência se questione sobre suas estruturas ideológicas e seu enraizamento sociocultural para que se analise como as ideias se encadeiam, se organizam e se relacionam. Nesse sentido, o processo de ciência ocorre pela quebra de paradigmas da investigação social, vincula pensamento e ação na análise da realidade. Portanto, a pesquisa é exercício científico e artesanato intelectual que constitui reflexão política acerca do cenário de atuação do design e as contribuições do movimento decolonial. Posto que, a atividade de design no contexto atual, não se limita apenas à criação projetual com fins comerciais, manifesta-se em direção ao ser humano, sua experiência social e seus questionamentos políticos (ESCOBAR, 2014).

A metodologia desta investigação se caracteriza pela pesquisa qualitativa do tipo bibliográfica e abordagem dialética, pois tem como objeto uma relação, entre design e decolonialidade. A pesquisa qualitativa é território de múltiplas práticas interpretativas, ressalta a natureza socialmente construída da realidade e o universo dos significados (MINAYO, 2015). Já a abordagem dialética está vinculada ao processo dialógico de explicitar as relações, trazendo à tona as contradições da realidade para o desenvolvimento da natureza (RICHARDSON, 2011). Dessa forma, o diálogo com autores será baseado nas contribuições de Vieira Pinto (1979), Hooks (2020), Bonsiepe (1997; 2011) e Escobar (2003; 2014).

Vale ressaltar que este artigo é um recorte da minha pesquisa de mestrado intitulada “Vestir como cultura: moda e decolonialidade na marca Nalimo”, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Design da Universidade Federal de Pernambuco. Portanto, neste artigo discute-se a relevância da pesquisa científica como instrumento político para o design e a decolonialidade, e além desta introdução, o texto foi organizado em três seções. Na primeira seção, a genealogia do design resgata a origem etimológica do design e seu contexto sócio-histórico e cultural; a segunda seção aborda o design como possibilidade político-decolonial e a última sugere a pesquisa científica como instrumento de narrativas inclusivas e pluriversais no design, com a perspectiva de gerar reflexão crítica acerca de fazer e pensar design para (e com) a sociedade.

2 Genealogia do design

A palavra design possui caráter polissêmico. A origem imediata da palavra está na língua inglesa, na qual o substantivo design se refere tanto à ideia de plano, quanto a de configuração. A origem mais antiga da palavra decorre do latim “designare” em que possui diversos sentidos: designar, indicar, representar, pode significar invento, planejamento, projeto e configuração, por exemplo. De acordo com o dicionário, o significado etimológico se relaciona a desenho, projeto, mas não se restringe apenas a isso, é um conceito que abrange o projeto pensado de acordo com sua eficiência sociocultural na vida cotidiana (AZEVEDO, 1988).

Dessa forma, é um conceito que contém em suas origens uma ambiguidade entre aspectos abstratos e concretos, possuindo diversas aplicações, pode significar disciplina que visa criação de objetos, criação gráfica, planificação ou representação de algo com propósito específico. Há, portanto, não apenas diversidade de aplicações, como também, carência de interface das diversas acepções do mesmo (DENIS, 2000).

De acordo com Lobach (1976, p. 13), “design é o processo de adaptação do ambiente artificial às necessidades físicas e psíquicas dos homens na sociedade”, leva em consideração as

relações sociais para desenvolver projetos criativos e buscar resolver problemáticas que envolvem o ambiente inserido, historicidade e sua cultura. Esse contexto temporal-espacial do design manifesta as raízes coloniais imbicadas na estrutura curricular do design, teóricos e inspirações projetuais. Nesse caso, considera-se o termo necessidade como: a essência que determina e justifica a existência de determinado grupo de funções em criações de design.

Já para Azevedo (1988), o design está ligado à produção industrial e significa projetar algo em escala de plano internacional, sendo uma de suas principais características a questão da produção em série. Vale destacar o contexto desse tipo de produção em massa, característica das indústrias que se baseavam nos princípios de “forma e função”, conceito criado pelo arquiteto americano Louis Sullivan em 1930, para criar artefatos com formatos considerados simples, em grandes quantidades e preços acessíveis à sociedade. Essa concepção do design se enquadra em visões dos anos 1960, que a partir de então, começaram a ser questionadas no campo do design. De acordo com Papanek (1971), pensar e fazer design se destina a refletir criticamente sobre a sociedade, inserindo-se em suas questões políticas, necessidades sociais e diversidades culturais.

As influências norte americanas e europeias no desenvolvimento do design, como no caso da reprodução do princípio “forma e função” se relacionam aos reflexos da colonialidade no design brasileiro, pois se baseia na regulação radical que impõe uma visão totalitária presente no contexto europeu. Esse princípio moldou as bases curriculares brasileiras, adequadas às normativas alemãs e constituiu a estrutura de ensino de design considerado importado, que em sua maioria, não leva em consideração as narrativas brasileiras, seu território e recursos naturais para produção de artefatos brasileiros.

A fim de embasar o diálogo acerca do conceito de design, o teórico contemporâneo Coelho (2008) defende o design como ideia, projeto ou plano para determinado problema, consiste na corporificação de ideias para além da linguagem e de forma também materializada. Assim, defende o design promovedor de inovações sociais, ambientais e culturais no contexto de vivências do Brasil.

Considera-se que a inovação se estabelece a partir da compreensão e extensão de um objeto, englobando seus atributos, qualidades e elementos constitutivos. Inovação e design são termos que dialogam entre si, apesar de não serem sinônimos, design sem inovação é considerado uma contradição, pois o design se refere a um tipo essencial de ação inovadora, que cuida das preocupações de uma coletividade social (COELHO, 2008). Já o conceito de design para Bonsiepe (2011, p. 13):

Com respeito à terminologia, uso tanto o conceito projeto como o termo design, que, como se sabe, não são coextensivos. Projeto se refere à dimensão antropológica da criação e formação de artefatos materiais e simbólicos, enquanto design significa um modo de atividade do capitalismo tardio, tal como a partir dos anos 1970 difundiu-se globalmente.

Nesse sentido, o autor Bonsiepe (2011) diferencia o conceito de projeto e de design, assim como também tece críticas ao significado de design na década de 1970, voltado apenas para a produção industrial capitalista. Enquanto na contemporaneidade, o design busca vincular-se com as necessidades básicas da sociedade e corroborar com o desenvolvimento desta, através do pensamento crítico e político. Bonsiepe (2011) é alemão e foi docente em universidades europeias, norte-americanas, latinas e asiáticas. No Brasil, criou e coordenou o Laboratório Brasileiro de Desenho Industrial, em Florianópolis (1984-1987) e suas pesquisas buscam

desenvolver o design para oferecer soluções efetivas aos preconceitos e silenciamentos que afligem os povos da América Latina desde o período colonial.

Dessa forma, o autor Bonsiepe (2011) problematiza a relação artefato-usuário, bem como estimula que se repense o design no contexto de formação cultural latina e brasileira, valorizando a diversidade cultural e identidade com significativas manifestações na atuação do design relacionado à decolonialidade.

Os diálogos com os autores citados tratam do conceito de design em diferentes contextos. De acordo com as necessidades de cada realidade social e espaço-temporal, seja na perspectiva do design voltado para a produção em massa e consumista, seja no design contemporâneo, político e questionador das problemáticas sociais, voltado para transformações da realidade de forma material e imaterial. Trata-se do design como discurso de interfaces, aliado ao seu contexto sociopolítico, cultural, educacional e ambiental. Considera-se o conceito de interface:

Temos que levar em conta que interface não é uma ‘coisa’, mas o espaço no qual se estrutura a interação entre corpo, ferramentas (objeto ou signo) e objetivo da ação. É exatamente este o domínio central do design. A interface revela o caráter de ferramentas dos objetos e o conteúdo comunicativo das informações. A interface transforma objetos em produtos. A interface transforma sinais em informação interpretável. A interface transforma simples presença física em disponibilidade (BONSIEPE, 1997, p. 9, grifo do autor).

Nesse sentido, o discurso de interfaces que o design gera, indica a possibilidade de adaptação, de interconexão, de comunicação entre ser humano e tecnologia, meio ambiente e sociedade, ou quaisquer que sejam os sujeitos em suas ações de interação. Portanto, a temática desse artigo relaciona a potência política do design para reflexões acerca do movimento decolonial, possibilitando o diálogo com sociedades que possuem narrativas silenciadas pelo domínio colonizador nas esferas dos saberes, economias, comportamentos e vivências.

O design surgiu em meados dos séculos XVIII e fins do século XIX, diante do aumento das relações de consumo, devido às revoluções industriais europeias, mudanças de organização e tecnologias produtivas. Em um cenário de produção em massa, as atividades de projetar e fabricar artefatos criativos migraram para os centros dos debates políticos, econômicos e sociais, que anteriormente eram atividades exercidas apenas pelos artesãos com produção e aprendizado repassados de forma familiar, e se expandiram para a sociedade de consumo (CARDOSO, 2012).

Destarte, foi criada a Escola de Artes e Ofícios Bauhaus, em 1919, na Alemanha, fundada por Walter Gropius. Considerada a pioneira em sistematizar uma metodologia para o ensino do design, além de buscar a relação entre artesãos, arte e indústrias. Trouxe diversas contribuições para o desenvolvimento do design, para a arte e cultura em dimensão internacional.

Com relação ao legado da Bauhaus, apesar do tema ser complexo, pois abarca um contexto entre guerras, o significado atribuído a escola se refere à possibilidade de fazer uso da arquitetura e do design como ferramenta de expressão e de discurso, para construção de uma sociedade crítica, justa, igualitária e com dimensão global, amenizando os conflitos raciais e nacionais da época, que reverberam até os dias atuais (DENIS, 2000).

Assim, o contexto europeu do design reverbera na historicidade de suas práticas e impactam diretamente nas relações sociais, econômicas, políticas e comportamentais. Considerando que o design comunica as narrativas da sociedade de forma tangível e intangível, assim como

silencia narrativas originárias, ocultadas pelo legado do colonizador europeu nas estruturas de poder e do ser social.

De acordo com Montuori e Nicoletti (2021, p. 8) “[...] no contexto brasileiro, é preciso admitir o design como força motora do projeto moderno/colonial”, pois reproduz metodologias padronizadas que excluem visões de mundo que não conseguem sistematizar. Questiona-se essa estrutura disciplinar para que possa se pensar o design para além do projeto, diante das suas relações humanas, diversas, colaborativas e ressaltando o caráter dialético do design na construção de novas possibilidades com a pesquisa científica.

Com o desenvolvimento da industrialização e percepção dos impactos positivos, mas também negativos, da produção em larga escala como por exemplo: a ameaça ao bem-estar comum, colonização de saberes e valores socioculturais. A sociedade passou a questionar e criticar social e moralmente o industrialismo, com isso originaram propostas de pensar e fazer uso do design como agente de transformação de contextos pluriversais, em que o design não mais se relacionava apenas à indústria, mas à criatividade e artesanato realizados pelos seres humanos, capazes de agir por si e para si. Nesse sentido, Moraes (2006, p. 9) afirma:

Enfim, hoje, o maior problema para o design brasileiro é liberta-se de uma vez por todas do complexo de inferioridade que os velhos racionalistas europeus lhe transmitiram, através de um modelo errôneo de desenvolvimento dentro da lógica da modernidade e da ordem. Os designers brasileiros devem adquirir consciência de si mesmos como portadores de uma realidade criativa de todo autônoma e original, por meio do qual os velhos defeitos possam se tornar extraordinárias oportunidades.

Portanto, a colonialidade é parte estruturante do projeto de modernização das relações sociais, da linguagem, produção e ensino de design no mundo e notadamente no Brasil, país colonizado por europeus em que a lógica de dominação impacta até hoje na cultura, economia e política. Assim, o contexto de desenvolvimento do design brasileiro (segunda metade do século XX) se relaciona à lógica europeia e americana, que é refletida nas práticas da disciplina projetual e metodologia de ensino de design. Portanto, “[...] se estende ao Brasil uma tradição de desapropriação da sua história, muitas vezes construída por uma série de sentidos oriundos, sobretudo, da Europa (MORAES, 2006, p. 3).

Esse design baseado na racionalidade radical tem sido confrontado em busca de se afastar de ideais universais e se aproximar de ideais baseados no pluriverso¹. Nesta concepção, o mundo é formado por vários mundos em que coexistem diversidade de vozes, de criações, projetos, necessidades, culturas e cosmovisões (ESCOBAR, 2014). Dessa forma, questionar a narrativa única do design, é tecer relações culturais locais que enlaçam comunidades diversas e suas complexidades.

3 Design como possibilidade político-decolonial

O design é ato político pois expressa ideologias, comunica de forma holística, transversal e dinâmica a interação social. De acordo com Fry (2009), o novo paradigma do design questiona

¹ De acordo com Escobar (2014), o caminho para a transição ao pluriverso se diferencia da revolução, que pressupõe uma ruptura radical de sistemas, o autor defende que o pluriverso se constitui do modo relacional de existências entre seres humanos, território, conhecimento e natureza. O pluriverso é um sistema comunitário de coexistências interculturais diversas.

estruturas, fomenta novas práticas culturais, econômicas e políticas em busca de mudanças que constituam novos padrões de comportamento inclusivos, diversos e humanistas.

Bonsiepe (2011) defende o humanismo projetual, que visa reinterpretar as necessidades de grupos sociais excluídos e menos favorecidos, para constituir propostas emancipatórias em forma de artefatos tangíveis ou intangíveis, que impliquem na formação de consciência crítica frente ao desequilíbrio de poderes e desigualdades sociais. Portanto, essa visão humanista dialoga com a realidade política e necessidades locais, trazendo transformações sociais para a sociedade, por meio do design.

Nesse sentido, desenvolver pensamento crítico é uma das bases para a prática projetual crítica, que dessa forma, corrobora com as necessidades e anseios sociais. O autor Bonsiepe (2011) discute a questão do design em seu sentido imaginado pela sociedade, ou seja, a grande massa social comprehende o sentido de design como caráter estético da sociedade de consumo, e essa concepção se contrapõe à essência e objetivo do design sob a perspectiva de pesquisadores sobre o assunto.

[...] a partir dessa consciência crítica, podem-se explorar espaços alternativos, não se contentando com a petrificação das relações sociais. Esse desequilíbrio é profundamente antidemocrático, uma vez que nega a participação em um espaço autônomo de decisão. Trata os seres humanos como mero consumidores no processo de coisificação (BONSIEPE, 2011, p. 21).

Assim, pensar e fazer pesquisa no âmbito do design via consciência crítica permite a interpretação e compreensão da vida, como processo interativo de aprendizado ativo. Hooks (2020) define pensamento crítico como o anseio do saber, que foca em descobrir “o quem, o que, o quando, o onde e como das coisas [...] e então utilizar o conhecimento de modo a sermos capazes de determinar o que é mais importante” (HOOKS, 2020, p. 33). Portanto, pensar é ação constante, mergulho além da superfície para que se constitua conhecimento e pensamento crítico. A definição do que é considerado significativo em uma sociedade se refere aos contextos, à interpretação da realidade por diferentes lentes, com ética, justiça e inclusão social.

Todas essas definições abrangem a compreensão de que o pensamento crítico requer discernimento. É uma forma de abordar ideias que tem como objetivo entender as verdades centrais, subjacentes e não simplesmente a verdade superficial que talvez seja a mais óbvia. Um dos motivos pelos quais a desconstrução ficou tão popular nos círculos acadêmicos é o fato de ela ter levado as pessoas a pensar muito, com intensidade e pensamento crítico; a destrinchar; a mergulhar sob a superfície; a trabalhar pelo conhecimento (HOOKS, 2020, p. 34).

Destaca-se a relevância do pensamento crítico como vetor de possibilidades de transformações para o bem-estar social, pois se liberta da concepção de mundo-uno e reconhece a decolonialidade como via regenerativa dentro da sociedade. Dessa forma, o estudo da relação entre o design e o movimento decolonial latino-americano estimula o diálogo com a modalidade cognoscitiva do ato de pensar criticamente sobre o design, para constituir possibilidades de reflexões políticas na sociedade por meio da pesquisa científica e promover a circulação de saberes que valorizem culturas originárias.

Vale ressaltar que possibilidade “é o que pode surgir pela uniformidade do desenvolvimento, mas que ainda não aconteceu, [...] pode se tornar realidade só quando existem as respectivas condições” (RICHARDSON, 2011, p. 53). Assim, o conjunto dessas condições manifestam a

possibilidade de se constituir reflexões no âmbito do design político decolonial. Portanto, a decolonialidade é uma transformação epistêmica, de se autocompreender e de se respeitar a alteridade de outras culturas. Destaca-se a diferença entre o termo *decolonização* e *descolonização*.

De acordo com Catherine Walsh, utiliza-se o termo sem o “s” para marcar uma distinção com o significado de *descolonizar* em seu sentido clássico (BALLESTRINI, 2013). A *descolonização* é um conceito que trata da retirada do colonizador e da libertação ou autonomia de um povo, de forma a excluir um passado que já existiu e negar as relações que foram estabelecidas ao longo dos anos. Enquanto a *decolonização* faz menção ao movimento contínuo de tornar pensamentos e ações dissociadas da colonialidade, pois a intenção não é desfazer o colonial ou revertê-lo, e sim provocar um posicionamento ativo de transgredir e insurgir, o decolonial implica movimento e considera o passado colonial.

A esfera semântica da palavra em francês *décolonial* caracteriza-se pelo enfrentamento da colonialidade do poder que, mesmo depois da formalização da independência de regiões colonizadas, permanece vigente como herança da modernidade, do racismo e do capitalismo. [...] No Brasil, o conceito da palavra ‘decolonial’ tem sido ligado à recepção de estudos do grupo conhecido como Modernidade/Colonialidade/Decolonialidade (MCD) constituídos por pesquisadores latino-americanos influentes nas Américas, tais como Aníbal Quijano, Walter Mignolo e Catherine Walsh (GONZAGA, 2021, p. 115, grifo do autor).

Na década de 1990, na América Latina, um conjunto de teóricos latino-americanos criaram o Grupo Modernidade/Colonialidade (M/C) formado por intelectuais como Arturo Escobar, Aníbal Quijano, Walter Mignolo, dentre outros. Esse grupo realizava diálogos, seminários e reuniões para refletir sobre o modo eurocêntrico de pensar o mundo e o conhecimento (ESCOBAR, 2003). Dessa forma, questionavam e produziam críticas à modernidade eurocentrada, para então criar alternativas de reflexão, inclusão e valorização da cultura local e do conhecimento subalternizado de grupos explorados e oprimidos.

O Grupo M/C é considerado um programa de investigação. Com pouco mais de dez anos de existência, o grupo compartilha noções, raciocínios e conceitos que lhe conferem uma identidade e um vocabulário próprio, contribuindo para a renovação analítica e utópica das ciências-sociais latino-americanas do século XXI (BALLESTRINI, 2013, p. 99).

Ou seja, os integrantes do Grupo (M/C) estudam sobre o sistema Modernidade-Colonialidade para então buscar alternativas de mudanças da realidade desse sistema vigente. Assim, Quijano (2000) criou o termo “colonialidade do poder” em 1989 para se referir à constatação de que as relações de colonialidade nas esferas econômica, política, ambiental e científica, não findaram com a destruição do colonialismo. Esse conceito denuncia que as formas de dominação colonial continuam vigentes no sistema-mundo capitalista.

A colonialidade é um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial de poder capitalista. Se funda na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular do dito padrão de poder e opera em cada um dos planos, âmbitos e dimensões materiais e subjetivas, da existência social cotidiana e da escala social. Origina-se e mundializa-se a partir da América (QUIJANO, 2000, p. 342).

O Grupo contribui para a constante renovação analítica e utópica do pensamento crítico latino-americano constituindo conceitos, pesquisas e ações que visam incluir culturas silenciadas nas narrativas da realidade. De acordo com Escobar (2003, p. 53), as influências dessa pesquisa incluem:

[...] Teologia da Libertação desde os sessenta e setenta; os debates na filosofia e ciência social latino-americana sobre noções como filosofia da libertação e uma ciência social autônoma (por ex., Enrique Dussel, Rodolfo Kusch, Orlando Fals Borda, Pablo González Casanova, Darcy Ribeiro); a teoria da dependência; os debates na América Latina sobre a modernidade e pós- modernidade dos oitenta, seguidos pelas discussões sobre hibridismo na antropologia, comunicação nos estudos culturais nos noventa; e, nos Estados Unidos, o grupo latino-americano de estudos subalternos. O grupo modernidade/colonialidade encontrou inspiração em um amplo número de fontes, desde as teorias críticas europeias e norte-americanas da modernidade até o grupo sul-asiático de estudos subalternos, a teoria feminista chicana, a teoria pós-colonial e a filosofia africana; assim mesmo, muitos de seus membros operaram em uma perspectiva modificada de sistema-mundo. Sua principal força orientadora, no entanto, é uma reflexão continuada sobre a realidade cultural e política latino-americana, incluindo o conhecimento subalternizado dos grupos explorados e oprimidos.

Esse conjunto de acontecimentos demonstra que a decolonialidade não é um pensamento recente, essa questão epistêmica é pauta secular que tem sido desenvolvida por teóricos em todo o mundo. Assim, a abordagem decolonial busca desvendar e denunciar relações de poder que se estabeleceram no contexto colonial europeu e reverberam na contemporaneidade, pois pautam a historicidade, memória e cultura dos países colonizados marcados por desigualdades sociais, racismo, desrespeito aos direitos indígenas, dentre outros.

No contexto brasileiro, Ribeiro (2006) analisa o período colonial caracterizado pela exploração e catequização dos indígenas, em que esses povos não eram tidos como seres humanos para os colonos, mas como “gado humano, cuja natureza mais próxima de bicho que de gente, só nos recomendava à escravidão” (RIBEIRO, 2006, p. 49). Essa inferioridade regia a lógica de dominação e opressão que desencadeou e ainda desencadeia apropriação de vidas, de territórios e práticas violentas relacionada aos povos originários, sendo necessário pensamento e ação decolonial nas práticas sociais para que esses seres sejam enfim tratados com humanos.

Pensamento e opções decoloniais (ou seja, pensar decolonialmente) nada mais são do que um esforço analítico implacável para compreender, a fim de superar, a lógica da colonialidade por trás da retórica da modernidade, a estrutura de gestão e controle que emergiu da transformação da economia atlântica e o salto do conhecimento que se deu tanto na história interna da Europa como entre a Europa e as suas colônias (MIGNOLO, 2008, p. 10).

A partir da conceituação de decolonialidade, comprehende-se que esse movimento propõe mudanças dentro e fora da academia, que sustentem a produção de conhecimento e ações para instauração de visões de mundo colaborativas e inclusivas. No âmbito do design, essas reflexões se relacionam ao processo produtivo, criatividade, sustentabilidade, valorização do território e cultura. Por meio de criações projetuais que comuniquem diante do seu caráter simbólico as intenções de mobilização da realidade que valorizem novos modos de viver e pensar.

Retomando a origem do design, é sabido que este surgiu no contexto europeu, se desenvolveu no período moderno no Brasil e assim constituiu formas de linguagem, relações sociais, meios de produção, ensino e metodologias projetuais. Essas relações foram desenvolvidas em conformidade com dominação e opressão vinculadas à modernidade. De acordo com Escobar (2003, p. 57) a “globalização implica numa radicalização e universalização da modernidade”, pois esse fenômeno global intensificou desigualdades e fortaleceu a narrativa única mundial.

De acordo com Mignolo e Tlostanova (2016) a colonialidade do design está na regulação e disciplina relacionada à percepção que o ser humano possui do mundo, suas noções ontológicas e epistêmicas que fundamentam o imaginário coletivo e repertório individual. Portanto, no contexto brasileiro, as práticas de design acabaram legitimando o projeto moderno/colonial. Assim, ao analisar sua historicidade, é necessário refletir acerca das mudanças que podem ser realizadas no campo, pois impactam diretamente nas relações sociais, econômicas e políticas, posto que o design comunica de forma dialética as vozes da sociedade, inclusive as vozes silenciadas.

Conclui-se que o design é mediador da sociedade e de sua capacidade inventiva, com o desenvolvimento da consciência crítica, de interações colaborativas e da escuta ativa, o design pode vir a ser instrumento político decolonial por meio da pesquisa científica. Através do diálogo com autores decoloniais e abordagens pluriversais, constituem-se possibilidades de iluminar espaços vazios e silenciados, dar voz e acolher culturas diversas. E assim, buscar nutrir ecossistemas e reorientar práticas de design regenerativas na sociedade.

4 Pesquisa científica: narrativas inclusivas e pluriversais no design

De acordo com Vieira Pinto (1979), a pesquisa científica é processo complexo em que o ser humano realiza as potencialidades existenciais de construir conhecimento e compreender sua realidade. Nesse sentido, o autor, ao tratar sobre a fase científica do processo do conhecimento, defende que não basta saber que sabe, ter apenas autoconsciência do saber, pois deve ser um saber consciente e metódico.

Na formação do conhecimento científico é necessário “saber que sabe, por que sabe e como sabe” (VIEIRA PINTO, 1979, p. 38), movimento que traz a exigência de submissão do conhecimento a métodos e metodologias particulares. Em que o método é processo de caminhada que se origina em função dos objetos e das situações que o ser humano tem interesse em investigar, conforme suas condições sociais, históricas, políticas e culturais.

[...] o método científico pode ser considerado algo como um telescópio, diferentes lentes, aberturas e distâncias produzirão formas diversas de ver a natureza. O uso de apenas uma vista não oferecerá uma representação adequada do espaço total que desejamos compreender (RICHARDSON, 2011, p. 19).

Dessa forma, a pesquisa científica se refere ao contexto da realidade inserida, problemáticas, lacunas existentes e capacidade crítica de análise. No desenvolvimento das ciências humanas no Brasil, apenas na segunda metade do século XX que o país passou a desenvolver pesquisa científica considerada independente dos interesses das elites dominantes do poder, saber e do ser europeu.

O legado da ordem patrimonial e escravocrata dominante da época impacta até os dias atuais e reverbera no campo acadêmico de design constituído sobre a lógica ocidental como narrativa una (LAVILLE; DIONNE, 1999). Esses fatos ressaltam a necessidade de libertação do conhecimento colonizado no campo científico das ciências humanas, especificamente no design, foco de estudo deste artigo.

De acordo com Richardson (2011), o objetivo imediato da pesquisa científica é a aquisição de conhecimento, mas o seu objetivo final é o desenvolvimento do ser humano, então a pesquisa deve contribuir para a construção dessa caminhada. Este artigo ressalta a relevância da pesquisa científica para o campo do design, assim como para a atuação dos designers conectados com a práticas inclusivas e sociais.

Assim, possibilitou a investigação acerca das contradições da realidade do design e da decolonialidade para que reflexões e ações sejam geradas no âmbito do design, e dessa forma a prática projetual criativa seja tecitura de colaboração entre pluriversos, agindo como instrumento político de reflexões para além da pesquisa científica, na materialidade do cotidiano.

Nesse sentido, dentre as possibilidades de se constituir design como ato político decolonial, este artigo ressalta o delineamento de princípios éticos e sociais aliados à prática projetual, à sua natureza científica, estética e tecnológica. Além disso, a construção de diferentes mundos que coexistam harmonicamente entre si, ou seja, o pluriverso (ESCOBAR, 2014), que busca minar antinomias e desequilíbrios, interpretar as necessidades de diferentes contextos sociais e, de forma colaborativa constituir design em diversos caminhos.

Para que o pensamento decolonial constitua reflexões no âmbito do design, a pesquisa científica é instrumento político que se conecta a pesquisadores interdisciplinares, sociedades, universidades, gera debates e forma consciência crítica acerca do tema. Assim, pesquisar é pensar criticamente por escrito, com embasamento científico e submissão à métodos e técnicas de pesquisa, análise, interpretação dos dados e posterior constituição de conhecimento. Significa gerar conexões entre ideias e revelar as contradições. É instrumento político que possibilita comunicar formas pluriversais de fazer e pensar o design brasileiro.

5 Considerações finais

Neste artigo foi possível relacionar design e movimento decolonial latino-americano na pesquisa científica como ferramenta política de reflexão. Dessa forma, o desenvolvimento potencial do design para a prática sociocultural e politicamente engajada considera a diversidade de culturas e identidades sociais, raciais e territoriais, foca no ser humano, suas necessidades e contradições.

Destarte, o design alinhado à perspectiva decolonial possibilita acolher práticas e reflexões a perspectivas comunais e pluriversais, seja na atuação do designer ou na pesquisa científica como instrumento político de consciência crítica da realidade.

Há uma relação mútua entre fragilidade do discurso projetual e ausência de uma teoria rigorosa do design, e uma das formas de trazer a solidificação dos conceitos sobre design é entender a pesquisa científica como agente político transformador de pessoas e contextos. Assim como investir em pesquisa e publicações de estudos que tragam contribuições sobre a natureza e explicitação do design como instrumento político, para evidenciar sua relevância e valorização para a sociedade.

Este artigo ressalta a importância da produção de conhecimento na área do design relacionado ao movimento decolonial, libertando-se de saberes opressores e colonizadores. Vale destacar a necessidade de pesquisas acadêmicas e diálogo de saberes que resgatem o design como catalisador político e social e não o vinculem apenas sob a ótica consumerista do capitalismo europeu.

Diante do contexto social, político e econômico atual de contingenciamento dos recursos destinados à educação e a cultura, o investimento e desenvolvimento de pesquisas são

contidos, consequentemente seus ressaibos para o desenvolvimento de ações. Cabe ao cidadão, consciente de sua história e de sua cultura, utilizar o conhecimento como ferramenta de poder e discurso na possibilidade de dialogar sobre o design como transformador social, assim como reivindicar políticas públicas para o design aliado à educação cultural e política da sociedade.

Portanto, design se manifesta em diferentes áreas do conhecimento e práxis humanas, pois é conectado com a educação como fenômeno cultural, conta a história do passado e busca solucionar problemas presentes e futuros. Destarte, aliando-se design como ferramenta política decolonial à pesquisa científica como prática existencial do ser humano, essas conexões manifestam a realidade do ser social que clama por outros modos de existir como resistência.

6 Referências

- AZEVEDO, W. **O que é design?** São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.
- BALLESTRINI, L. América Latina e o giro decolonial. **Revista brasileira de ciência política.** Brasília, n.11, p.89-117, agosto, 2013. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-33522013000200004>> Acesso em: 12/03/2022.
- BONSIEPE, G. **Design: do material ao digital.** Florianópolis: FIESC/IEL, 1997.
- BONSIEPE, G. **Design, cultura e sociedade.** São Paulo: Edgard Blucher, 2011.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei 490/2007.** Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/345311>> Acesso em: 03/03/2022.
- CARDOSO, R. **Design para um mundo complexo.** São Paulo: Cosac Naify, 2012.
- COELHO, L. A. L. **Conceitos-chave em design.** Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, Novas Ideias, 2008.
- DENIS, R. C. **Uma introdução à história do design.** São Paulo: Edgard Blucher, 2000.
- ESCOBAR, A. Mundos y conocimientos de otro modo – El programa de investigación de modernidad/colonialidad latinoamericano. **Revista Tabula Rasa**, n. 4, p. 50-161, 2003.
- ESCOBAR, A. **Sentipensar con la tierra:** Nuevas lecturas sobre desarrollo, territorio y diferencia. Medellín: UNAULA, 2014.
- FRY, T. **Reconstruções:** ecologia, design, filosofia. São Paulo: EdUSP, 2009.
- GONZAGA, A. A. **Decolonialismo indígena.** São Paulo: Matrioska Editora, 2021.
- HOOKS, B. **Ensinando pensamento crítico:** sabedoria prática. São Paulo: Elefante, 2020.
- LAVILLE, C; DIONNE, J. **A construção do saber:** manual de metodologia de pesquisa em ciências humanas. Belo horizonte: UFMG, 1999.
- LOBACH, B. **Design industrial:** bases para a configuração dos produtos industriais. São Paulo: Edgard Blucher, 1976.
- MIGNOLO, W. D. A opção de-colonial: desprendimento e abertura. Um manifesto e um caso. **Revista Tabula Rasa.** n.8, p.243-282, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S1794-24892008000100013&script=sci_abstract&tlng=pt> Acesso em: 22/02/2022.
- MIGNOLO, W. D.; TLOSTANOVA, M. V. Theorizing form the Borders Shifting to Gen and Baby-Politics of Knowledge. **European journal of social theory**, v.9, p.205-221, 2016.

- MINAYO, M. C. S. (Org); DESLANDES, S. F; GOMES, R. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 34 ed. Petrópolis: Vozes, 2015.
- MONTUORI, B. F.; NICOLETTI, V. M. (2021). Perspectivas decoloniais para um design pluriversal. **PosFAUUSP**, v. 28, n. 52, e. 176954, jan-jun 2021. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/posfau/article/view/176954/176052>> Acesso em: 02/08/2022.
- MORAES, D. de. **Análise do design brasileiro:** entre mimese e mestiçagem. São Paulo: Edgard Blucher, 2006.
- MORIN, E. **Ciência com consciência.** 14 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- NOBERTO, C; MEDEIROS, T. Ato em Brasília reúne milhares de vozes contra destruição ambiental. **Correio Braziliense**, 10 de mar. 2022. Disponível em: <<https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2022/03/4991861-ato-em-brasilia-une-milhares-de-vozes-contra-destruicao-ambiental.html>> Acesso em: 10/03/2022.
- PAPANEK, V. **Design for a real world: human ecology and social change.** New York: Pantheon Book, 1971.
- QUIJANO, A. Colonialidad del poder y clasificación social. **Journal of world-systems research**, v. 11, n. 2, p. 342-386, 2000. Disponível em: <<https://jwsr.pitt.edu/ojs/jwsr/article/download/228/240>> Acesso em: 24/03/2022.
- RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social:** métodos e técnicas. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2011.
- RIBEIRO, D. **O povo brasileiro:** a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das letras, 2006.
- VIEIRA PINTO, A. **Ciência e existência.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.